



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Quarta Câmara Criminal

APELAÇÃO Nº. 0006003-52.2002.8.17.0001 (0254427-6)

COMARCA

Recife - 1ª Vara do Tribunal do Júri

APELANTE

Wilton Constâncio de Oliveira

APELADO

Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATOR

Juiz Flávio Augusto Fontes de Lima

CONVOCADO

PROCURADORA

Adriana Fontes

EMENTA. PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO (ART. 121, § 2º, II E IV, C/C ART. 14, II, DO CP). DECISÃO CONTRÁRIA A PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. PROVA COLHIDA MOSTRA-SE SUFICIENTE PARA O DECRETO CONDENATÓRIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 593, III, ALÍNEA "D" DO CPP. IMPOSSIBILIDADE DE NOVO JÚRI. DOSIMETRIA. PENA-BASE FIXADA CORRETAMENTE PELA PRESENÇA DE DUAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVAS. MANUTENÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES GENÉRICAS. APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO ART. 14, II, DO CP, NA FRAÇÃO DE 2/3. RAZOABILIDADE. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA. SEMIABERTO. LEGALIDADE. ART. 33º § 2º, ALÍNEA "B" E § 3º DO CP. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I- A possibilidade de anulação do julgamento prevista no art. 593, III, alínea "d", do CPP, opera-se quando o Conselho de Sentença decide dissociado de toda e qualquer evidência probatória, o que não é o caso dos autos.

II- *In casu*, a autoria delitiva ficou comprovada através do conjunto probatório. As declarações do acusado mostram-se inverossímeis, sobretudo, quando confrontadas com os depoimentos testemunhais colhidos durante a fase inquisitória e na instrução processual, que confirmaram a autoria delitiva.

III- No tocante a dosimetria da pena, a existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao apelante (culpabilidade e motivos) é suficiente para manter a pena base aplicada pelo juízo a quo em **15 anos de reclusão**, posto que, além de razoável e proporcional para a reprovação e prevenção do crime, está próxima do mínimo legal. Descabe, porém, o agravamento de pena, na primeira fase da dosimetria, utilizando uma segunda qualificadora (surpresa), uma vez que, tal conduta serviu para caracterizar o tipo especial.

IV- Em sequência, ante a inexistência de circunstâncias atenuantes e agravantes genéricas, levando-se em conta que a lesão provocada na vítima não resultou perigo de vida e/ou incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias, reputo razoável o parâmetro fixado na sentença para diminuir a pena do apelante em 2/3(dois terços), pela incidência, na hipótese, do tipo penal na forma tentada (art. 14, II, do CP), tornando-a definitiva em **05 anos de reclusão**, à míngua de circunstâncias outras.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

V- Por fim, mantenho o regime inicialmente semiaberto para cumprimento da pena, em face do que dispõe o art. 33, § 2º, alínea "b", e § 3º do Código Penal

VI- Apelo improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação nº 0006003-52.2002.8.17.0001 (0254427-6)**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, negar provimento ao apelo**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 24 de Setembro de 2013.

Juiz Flávio Augusto Fontes de Lima
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

APELAÇÃO Nº. 0006003-52.2002.8.17.0001 (0254427-6)

COMARCA Recife - 1ª Vara do Tribunal do Júri

APELANTE Wilton Constâncio de Oliveira

APELADO Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATOR Juiz Flávio Augusto Fontes de Lima

CONVOCADO

PROCURADORA Adriana Fontes

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto por **Wilton Constâncio de Oliveira** contra a sentença de fls. 184/186, que, com base na decisão da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, o condenou à pena de 05 anos reclusão, em regime semiaberto, pela infração ao art. 121, § 2º, II e IV, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal Brasileiro.

Nas razões recursais (fls. 216/228), o apelante postula a anulação do referido julgamento, alegando que a decisão do Conselho de Sentença contrariou as provas contidas nos autos, uma vez que estas apontam para sua inocência. Alternativamente, argumenta que houve exasperação da pena por inobservância aos ditames do art. 59 do Código Penal, já que não se considerou a primariedade e os bons antecedentes do réu, e, pelas mesmas razões, faz jus ao regime prisional mais brando.

O representante ministerial apresentou contrarrazões às fls. 237/240, rechaçando os argumentos da defesa e pugnando, ao final, pelo improvimento recursal.

A Procuradoria de Justiça, na pessoa da Procuradora Adriana Fontes, ofertou parecer às fl. 242/244, manifestando-se pelo **DESPROVIMENTO** do recurso.

É o relatório. À douta revisão.

Recife, 27 de

de 2012

Juiz Flávio Augusto Fontes de Lima
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

APELAÇÃO Nº. 0006003-52.2002.8.17.0001 (0254427-6)
COMARCA Recife - 1ª Vara do Tribunal do Júri
APELANTE Wilton Constâncio de Oliveira
APELADO Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR Juiz Flávio Augusto Fontes de Lima
CONVOCADO
PROCURADORA Adriana Fontes

VOTO

Conforme relatado, cuida-se de apelação interposta por **Wilton Constâncio de Oliveira** contra a sentença de fls. 184/186, que, com base na decisão da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, o condenou à pena de 05 anos reclusão, em regime semiaberto, pela infração ao art. 121, § 2º, II e IV¹, c/c art. 14, II², ambos do Código Penal Brasileiro.

A defesa sustenta a absolvição do apelante, alegando que a decisão do Júri Popular contrariou as provas dos autos, posto que não indicam o apelante como autor. Alternativamente, postula o seguinte: **a)** abrandamento da pena aplicada, em face da primariedade e os bons antecedentes do acusado; e **b)** fixação do regime aberto para início do cumprimento da pena.

Pois bem.

Narra a denúncia, que no dia 04 de janeiro de 2002, por volta das 20 horas, na Ladeira da Pedra, localidade do Alto do Pascoal, em Água Fria, nesta cidade, o apelante, fazendo uso de arma de fogo, tentou ceifar a vida de Sérgio Roberto Defino da Silva, não se consumando o crime por motivos alheios a sua vontade.

1

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

§ 2º Se o homicídio é cometido:

II - por motivo fútil;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

2

Art. 14 - Diz-se o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Tentativa (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Pena de tentativa (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único - Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Consta, ainda, da peça acusatória que no dia do fato o acusado procurou a vítima para cobrar-lhe um débito de R\$ 20,00 (vinte reais). Em face da negativa do pagamento, o ora apelado dirigiu-se até a sua residência, armou-se e saiu em busca da vítima. Ao encontrá-la, renovou a cobrança da dívida, avisando-a que, caso o montante devido não fosse quitado, lhe mataria. Por não dispor do valor exigido, a vítima foi atingida, nas costas, por disparo de arma de fogo efetuado pelo réu.

Examino:

No caso em análise, a decisão dos jurados não foi manifestamente contrária à prova dos autos, conforme demonstrarei adiante.

A materialidade delitiva é incontroversa, estando comprovada pelo laudo de perícia traumatológica às fls. 126, e pela fichas de atendimento e esclarecimento médico às fls. 132/133.

No que concerne a autoria delitiva, tenho que o conjunto probatório é suficiente para demonstrar que o apelante agiu com *animus necandi*.

Em seu depoimento prestado à autoridade policial às fls. 30/31, o apelante negou que tenha participado do crime, porém, confirmou a existência de uma discussão entre eles, em virtude da cobrança da dívida de R\$ 20,00 (vinte reais). Esclareceu, ainda, que, nesse momento, a vítima estava em companhia do primo do réu. Disse, também, que **"...a vítima não gostou da cobrança e segundo o interrogado passou a ofendê-lo moralmente, tendo dito: "VOCÊ NÃO É MAIS HOMEM DO QUE EU, VAI TOMAR NO CÚ", finalizando a "argumentação" SÉRGIO disse que não iria pagar a dívida e pronto, tendo ainda intimidado-o fisicamente; o interrogado evitou o confronto e seguiu caminhando por outro percurso..."**

Em juízo (fls. 68), sustentou a negativa de autoria alegando que **"...apenas no dia do fato discutiu com a vítima; que a vítima queria lhe bater; como a vítima é mais forte do que o interrogado foi para a casa da namorada..."**.

Essa versão, todavia, não encontra guarida nos autos. Senão vejamos:

MARIA APARECIDA DELFINO DA SILVA, às fls. 80, afirmou que:

"(...) encontrou-se com a pessoa de José Carlos Laranjeira, "Poinéis", e este disse ter presenciado o fato e relatou que a agressão do acusado contra a vítima fora por mera futilidade, ou seja, uma dívida de R\$ 20,00 que houve uma discussão com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

bate-boca resultando que o acusado efetuou vários disparos contra a vítima apesar de "Poinéis" ter interferido para que o mesmo não atirasse em Sérgio (...)"

A vítima **SÉRGIO ROBERTO DELFINO DA SILVA**, em depoimento às fls. 81, contou que:

"(...) antes do ocorrido o declarante havia trocado um cheque com o acusado; que o acusado não conseguiu trocar o cheque, devolveu-o ao declarante e passou a cobrá-lo a importância de R\$ 20,00; no dia do fato, o declarante ia na companhia de José Carlos e encontrou-se com o acusado; o acusado passou a cobrar a dívida; o declarante de forma alterada disse que só pagaria no dia seguinte; houve bate-boca e o acusado se retirou do local na bicicleta e retornou com um revólver; o acusado botou o revólver na cara do declarante; o declarante deu as costas para o acusado e seguiu caminhando; aumentou os passos, quando então foi alvejado nas costas por um disparo efetuado pelo acusado; o declarante procurou correr e ouviu outros disparos, sem ser atingido (...);"

É convergente com esses depoimentos, o testemunho de **LUCIANO NASCIMENTO SILVA**, às fls. 88, quando disse que:

"(...) ouviu comentários da comunidade de que Wilton havia atirado contra Sérgio; segundo comentários o motivo teria sido uma dívida do acusado para com a vítima (...)."

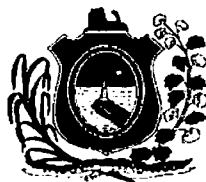
Em sendo assim, a decisão guerreada não está em desacordo com a prova dos autos.

Ressalto que a possibilidade de anulação do julgamento prevista no art. 593, III, alínea "d", do Código de Processo Penal, opera-se exclusivamente quando o Conselho de Sentença decide arbitrariamente, dissociado de toda e qualquer evidencia probatória.

Nesse sentido, trago à colação o seguinte julgado:

"RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. JÚRI. DECISÃO ABSOLUTÓRIA MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA.

1. É inegável que à instituição do júri, por força do que dispõe o artigo 5º, Inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição da República, é assegurada a soberania de seus veredictos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

2. O artigo 593, inciso IV, alínea "d", do Código de Processo Penal, todavia, autoriza que, em sendo a decisão manifestamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando os jurados decidam arbitrariamente, dissociando-se de toda e qualquer evidência probatória, é de ser anulado o julgamento proferido pelo Tribunal Popular.

3. De tanto, resulta que, oferecidas aos jurados vertentes alternativas da verdade dos fatos, fundadas pelo conjunto da prova, mostra-se inadmissível que o Tribunal de Justiça, em sede de apelação, desconstitua a opção do Tribunal do Júri - porque manifestamente contrária à prova dos autos - sufragando, para tanto, tese contrária.

5. Recurso especial improvido". (g.n) (STJ - REsp 622.129/PA, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 11.10.2005, DJ 28.11.2005 p. 344.)

Entendo, pois, que deve ser mantida a decisão dos jurados que acolheu a tese acusatória.

No tocante a dosimetria da pena, deve-se registrar que a lei penal reservou ao juiz certa margem de discricionariedade, a fim de que a pena aplicada seja a necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

No caso em apreço, o magistrado singular assim fundamentou a dosimetria da pena imposta ao apelante:

"(...) de fato agiu o acusado com dolo, pois, uma vez entrando em luta corporal com a vítima, após utilizou-se de arma de fogo, desferindo-lhe disparos na tentativa de ceifar-lhe a vida, apenas não logrando êxito por circunstâncias alheias à sua vontade. Assim, tenho que sua culpabilidade foi intensa, merecendo considerável grau de censura penal.

Não há registro nos autos de possuir outros comprometimentos criminais, o que é de se considerar ser possuidor de bons antecedentes. Quanto à personalidade do acusado, tenho-na como boa, não há elementos que possam evidenciar comportamento ou desvios antissociais.

Considerando que a motivação do delito, bem assim reconhecida sua existência pelo Conselho de Sentença, como sendo a represália por uma dívida cobrada pelo réu e não paga pela vítima, denota clara a futilidade da ação. No tocante à segunda qualificadora, isto é, surpresa, da mesma forma reconhecida pelo Conselho de Sentença, a considero nesta dosimetria, para, em sua primeira fase, afastar-me do mínimo legal. (...)"



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Conforme se vê, o magistrado sentenciante valorou negativamente duas circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, ou seja, a culpabilidade e o motivo, sendo este extraído da qualificadora do tipo penal (fútil - art. 121, § 2º, II, do CP).

No presente feito, de fato o apelante após ter discutido e entrado em luta corporal com a vítima, por conta do aludido débito, foi até sua casa retornando ao local armado, passando a desafiá-la apontando o revólver no seu rosto. A vítima, porém, deu as costas e seguiu seu rumo, sendo atingida nas costas pelos disparos efetuados pelo réu. A culpabilidade, portanto, apresenta-se acentuada, justificando sua valoração negativa.

Os motivos também foram considerados desfavoráveis. A qualificadora do motivo fútil serviu como justificativa para exarcebar a pena-base, o que é admitido pela Jurisprudência pátria. Descabe, porém, o agravamento de pena, na primeira fase da dosimetria, utilizando uma segunda qualificadora (surpresa), uma vez que, tal conduta serviu para caracterizar o tipo especial.

Nesse ponto, trago os seguintes julgados:

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. DOSIMETRIA. FIXAÇÃO DA PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. ART. 59 DO CÓDIGO PENAL. MOTIVAÇÃO PARCIALMENTE IDÔNEA. UTILIZAÇÃO DA SEGUNDA QUALIFICADORA COMO CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. POSSIBILIDADE. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

2. "Consoante iterativa jurisprudência desta Casa de Justiça, havendo multiplicidade de qualificadoras, nada impede que uma delas sirva para caracterizar o tipo especial, enquanto as demais sejam utilizadas na primeira (circunstância judicial desfavorável) ou segunda (agravante genérica) etapas do critério trifásico" (HC 118.890/MG, 6.ª Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe de 03/08/2011).

3. Ordem parcialmente concedida a fim de, mantida a condenação, reformar o acórdão impugnado e fixar a pena em 13 anos de reclusão, no regime fechado.

(HC 168.481/ES, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 27/03/2012, DJe 03/04/2012).

TJSP: "Se, em hipótese de homicídio, reconhecidas pelos jurados várias qualificadoras, **não pode a pena-base ficar no mínimo previsto no art. 121, § 2º, do CP, mas devem as demais atuar como agravantes da primeira**" (RT 641/324).

De qualquer forma, subsistem duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu, no caso, a **culpabilidade e os motivos do crime**, que considero suficientes para a manutenção da pena-base fixada em **15 anos de reclusão**, posto que num patamar condizente com a avaliação do juízo sentenciante.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Em consequência, ante a inexistência de circunstâncias atenuantes e agravantes genéricas, reputo razoável o parâmetro fixado na sentença para diminuir a pena do apelante em 2/3 (dois terços), pela incidência, na hipótese, do tipo penal na forma tentada (art. 14, II, do CP), tornando-a definitiva em **05 anos de reclusão**, à míngua de circunstâncias outras.

Deve-se levar em consideração que a lesão provocada na vítima não resultou perigo de vida e/ou incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias, conforme o laudo de fls. 126, o que autoriza a diminuição na pena, pela tentativa, em maior percentual.

Nesse sentido, confira-se:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. DIMINUIÇÃO DO PERCENTUAL DA REDUÇÃO DA PENA PELA TENTATIVA. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ.

1. Ao contrário do afirmado pelo agravante, o acórdão recorrido aumentou o quantum do percentual de redução da pena em virtude da tentativa porque as lesões provocadas não implicaram perigo de morte à vítima, o que justificaria a redução em maior percentual.

2. (...)

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 10.061/RS, Rel. Ministro HAROLDO RODRIGUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/CE), SEXTA TURMA, julgado em 16/06/2011, DJe 03/08/2011).

Por fim, mantenho o regime inicialmente semiaberto para cumprimento da pena, em face do que dispõe o art. 33, § 2º, alínea "b", e § 3º do Código Penal³.

Ante as razões expostas, **voto pelo IMPROVIMENTO do recurso**, mantendo a sentença condenatória de fls. 184/186. **É COMO VOTO.**

Recife, 24 de Setembro de 2013.

Juiz Flávio Augusto Fontes de Lima
Relator Convocado

³Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 2º - As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

b) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto;

§ 3º - A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

263

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0006003-52.2002.8.17.0001 (0254427-6)

COMARCA: RECIFE – PE 1ª Vara do Júri

APELANTE: WILTON CONSTÂNCIO DE OLIVEIRA

APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA

REVISOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO DE REVISÃO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

WILTON CONSTÂNCIO DE OLIVEIRA, insatisfeito com a sentença condenatória de fls 184/188 proferida pela juíza da 1ª Vara do júri da Capital, interpôs apelo com arrimo na letra 'd' do inciso III do art. 593 do CPP. Ao final, pugna pelo provimento do presente recurso para anular a sentença ou, que a pena seja reduzida, bem ainda alterado o regime de cumprimento.

Comungo do entendimento esposado pelo eminente desembargador relator. Pois a decisão dos jurados não é manifestamente contrária a prova dos autos. As declarações prestadas pelas testemunhas na fase de inquérito e judicial são harmônicas com outros elementos carreados aos autos.

O apelante agiu com animus necandi e, a versão que apresentou não possui suporte probatório. A materialidade do crime é inconteste. A autoria restou suficientemente comprovada pelas declarações seguras, robustas e incontroversas das testemunhas no inquérito e na fase judicial que apontam extreme de dúvida que o apelante praticou a conduta descrita no art. 2º, § 2º, II e IV c/c o inciso II do art. 14, ambos do código penal.

No tocante a dosimetria da pena-base três anos acima do mínimo legal é entendimento de que a discricionariedade que o legislador ordinário concedeu ao juiz permite que a pena seja elevada para além do patamar mínimo legal desde que em decisão fundamentada justifique o acréscimo a fim de determinar o quantum necessário à reprovação e prevenção do crime.

No caso em apreço a decisão encontra-se suficientemente fundamentada e a pena bem dosada. De modo que não merece prosperar o pleito.

Portanto, não se vislumbra qualquer equívoco no veredicto ora hostilizado. A decisão dos jurados é coerente e harmônica com a prova produzida existentes nos autos.

Ante o exposto, considerando o mais que dos autos consta, meu voto é para negar provimento ao apelo e manter na íntegra a sentença.

É COMO VOTO